

Algumas questões relativas ao encaminhamento de cães e gatos para adoção

Some issues regarding the conduction of
dogs and cats for adoption

Pedro Santos

Doutor em Antropologia
Universidade Federal Fluminense – UFF

E-mail: pedrosantospe@ig.com.br

Resumo

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a prática de oferecer cães e gatos retirados das ruas em forma de adoção tem crescido. Estes animais são chamados de abandonados pelas pessoas que os recolhem. Tal trabalho atualmente é bastante difundido e utiliza uma dinâmica que inclui o recolhimento, a recuperação e o posterior escoamento. Na divulgação de animais disponíveis, os argumentos enfatizam a beleza associada com o incentivo ao bem-estar deles, mas essa combinação apresenta alguns dilemas. O artigo está dividido em três partes: a primeira trata de questões de saúde pública e suas repercussões sobre os cuidados com os animais; a segunda expõe o processo de transformação de um animal abandonado em adotável; e a terceira discute o contraste entre propostas e práticas relacionadas ao encaminhamento dos animais para adoção.

Palavras-chave: relações interespecíficas; bem-estar animal; adoção de cães e gatos.

Abstract

In Rio de Janeiro Metropolitan Region, the offer of dogs and cats rescued from streets as adoption has ascended. The people who rescue these animals call them abandoned ones. Nowadays such work is much disseminated and utilizes a dynamic composed by the rescue, the improvement and the distribution. In the divulgation of animals in condition of

adoption, the argumentations used emphasize the beauty of each one associated with the appeal to improve their welfare, but this arrangement imposes some dilemmas. This article is divided in three parts: the first explores public health questions and their influence on the maintenance of animals; the second explain how an abandoned animal becomes an adoptable one; and the third explores contrasts between proposal and practices when dogs and cats are carried to adoption.

Keywords: interspecies relationships; animal welfare; adoption of dogs and cats.

A dinâmica em torno dos animais urbanos: saúde pública, abrigos e abandono

Este artigo pretende discutir alguns dos pontos centrais que compõem o trabalho de encaminhar cães e gatos para adoção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ele é resultado de observações de eventos de adoção na capital fluminense e nos municípios de Niterói e São Gonçalo, além de diálogos com pessoas que promovem adoções de animais por outras vias. Durante os últimos cinco anos, venho acumulando registros das atividades de diferentes protetores de animais, como tais pessoas se autodenominam, visando identificar a definição de parâmetros que norteiem suas ações e a elaboração de argumentos.

Em meio à grande diversidade de mobilizações políticas em nome dos animais, a perspectiva que inclui cães e gatos tem algumas peculiaridades porque ela se baseia, sobretudo, na ideia de abandono. Como argumenta Osório (2013: 165), na elaboração em torno dos espaços privado e público, os cães e os gatos estão associados ao domínio doméstico. Eles pertencem ao lar, ao espaço delimitado, e não às ruas. Se fosse o oposto, não haveria motivos para a maior parte da ação dos protetores (Osório 2013).

Embora a palavra abandono também seja utilizada com equivalência ao ato intencional de descartar, na caracterização mais ampla a procedência imediata dos animais não é o fator mais importante. Não há muita relevância para a definição do abandono se os próprios indivíduos recebedores de cuidados foram descartados ou se descendem de várias gerações de animais errantes. Pode ser um que saiu da residência onde vivia e não conseguiu retornar e diversas situações que não dependem diretamente de atos intencionais dos humanos. A falta de vínculos claros entre um cão ou um gato e um humano que se declare responsável por ele já é suficiente para definir uma situação de abandono (Matos 2012; Osório 2011: 164; Pinto 2015).

Em oposição à configuração de abandono, a noção de “posse responsável” sinaliza uma tentativa de padronização de procedimentos, mas ainda não se constitui como uma definição acabada que contemple as diferentes situações. Em algumas ocasiões, ela é utilizada por profissionais de saúde, conectando-se a uma visão de controle sanitário quando se pretende reduzir riscos para a saúde humana (Andrade, Queiroz, Nunes, Perri & Nunes 2007; Borges, Silva, Haddad, Moreira, Magalhães, Ribeiro & Fiúza 2009; Domingues, Cesar, Fassa & Domingues 2015; Lima, Alves, Faustino & Lira 2010); em outras, ela aparece associada à dualidade entre espaços de uso coletivo ou individual, em que fica subtendido que esses animais devem permanecer dentro dos limites residenciais (Osório 2011, 2013). Há ainda uma acepção legal que projeta culpabilidade pelos atos dos animais nos seus responsáveis e contempla uma perspectiva de tutela, como fica destacado na argumentação de Bevilaqua (2014).

Diante desse quadro apresentado resumidamente, o uso da noção de “posse responsável” se mostra um pouco problemática para ser utilizada como ferramenta analítica, pois ela tem certa conotação jurídica e está construída por meio do contraste com a noção de abandono. Isso não significa que a perspectiva de abandono seja menos problemática, mas é ela que impulsiona e legitima com mais propriedade as ações de protetores de animais urbanos. Quando a noção de abandono é utilizada politicamente em diversas manifestações, segue na direção oposta à ideia de “posse responsável” porque, enquanto esta deriva de certa perspectiva gerencial e estatal, aquela propõem a reassimilação dos que já faziam parte da comunidade dos humanos.

A ideia de abandono baseia-se no afastamento de determinado indivíduo da comunidade moral e na sua marginalização. Dessa forma, retomar aqui a clássica discussão sobre a relação entre natureza e cultura parece pertinente. De acordo com uma concepção clássica que vem sendo debatida e, de certo modo, combatida por representantes de diferentes segmentos científicos, do lado da natureza ficariam as estruturas físico-químicas pré-estabelecidas; enquanto, do lado da cultura, a criatividade instrumentalizaria a primeira em proveito desta e construiria um novo domínio com protagonismo humano. Contudo, como argumenta Ingold (1995), essa separação, tal como se deu no passado, limita à compreensão do dinamismo da vida que não se encerra em domínios exclusivistas.

As noções de natureza e cultura, se tidas ainda como unidades analíticas que não sustentem domínios estanques, mas como perspectivas efêmeras, podem permitir a visualização dos animais abandonados como seres coparticipantes da elaboração da cultura. Esse animal tido como abandonado é percebido como pertencente à comunidade moral e, portanto, foi destituído de tal condição quando colocado no abandono. Ele é um ser cultural que, independente da posição em que fora inserido ao longo do processo de construção dos estatutos taxionômicos, possui um histórico de interação compartilhada entre seus ancestrais e os antepassados dos atuais autodenominados humanos.

A visualização do abandono, certamente, está relacionada com a convivência entre humanos e as espécies domesticadas, como se pode depreender da ilustração apresentada por Thomas (1988: 110-169), com a análise da situação inglesa no período moderno. O compartilhamento do espaço doméstico com os rebanhos e os animais de companhia que, de tão comum, chegou a ser objeto de intervenção das autoridades municipais inglesas para evitar que as cidades ficassem tomadas por animais (Thomas 1988: 114), criou condições para que perdurassem algumas dessas relações.

Entretanto, não é apenas uma questão formal ou estética de pertencimento a determinado lugar e não a outro. Animais que vivem nas ruas podem sofrer atropelamentos, agressões, envenenamentos propositais, podem ficar debilitados e conseqüentemente reclusos em locais inacessíveis aos humanos, podem ter míases (bicheiras) - em função de disputas por comida, espaço ou parceiras, o que mais comum entre machos -, dispersarem-se espontaneamente ou serem afugentados do local onde estejam acostumados a viver, entre outras possibilidades. Diversas vezes, indaguei protetores quanto ao empenho em tirar das ruas os animais e a maior parte das respostas referiam-se a tais preocupações.

Esse pertencimento ao espaço dos humanos, que induz ao recolhimento e ao encaminhamento para adoção, não é só uma situação abstrata. Esses animais que habitam a periferia da ocupação espacial humana são muito diferentes daqueles encontradas em condições que poderíamos

chamar de selvagens ou silvestres – não no sentido classificatório legal que distingue espécies domesticadas e não domesticadas, mas da posse de habilidades para sobreviver quando a comida não chega espontaneamente – e, portanto, dependem do alimento que lhes é oferecido ou do que é descartado em forma de lixo em áreas urbanas.

Além disso, dizem os protetores, eles são animais frágeis, resultantes de gestações com déficit de nutrientes necessários para a constituição regular do organismo, cujos pais também tiveram as mesmas dificuldades. Eles também já teriam sofrido os maus efeitos da indústria alimentícia humana, já que se nutrem com sobras e restos da alimentação humana. Os próprios alimentos específicos para animais já utilizam ingredientes pouco saudáveis para obter textura, rigidez e durabilidade. São animais que já incorporaram à sua composição física os efeitos do “processo civilizador”¹ do qual fazem parte ativa e passivamente.

Até mesmo a predação desenvolvida por esses animais urbanos é objeto de questionamentos, como pode ficar bem ilustrado no trabalho de Campos (2004), onde é explorado o debate em torno do impacto ecológico sobre a fauna urbana por meio da predação de cães e gatos. Este é mais um componente que contribui para o redirecionamento de cães e gatos para o espaço doméstico. Não é uma perspectiva limitada dos protetores acerca da delimitação de espaços, mas decorre também de um discurso científico cujos referentes teóricos desconsideram a existência de ecossistemas urbanos multiespecíficos composto por cães, pombos, morcegos, garças, mosquitos, aranhas, baratas, ratos, urubus, gatos, gambás, pássaros, abelhas, entre outros, e uma flora resultante de intervenções intencionais e de arrumações casuais.

Se a organização estética do espaço urbano é um valor que se impõe ante as possibilidades de arranjos aleatórios ou espontâneos entre espécies que acompanham a dinâmica humana, a reinserção desses cães e gatos que contribuíram para a construção do social através das relações interespecíficas não pode ser vista como um simples detalhe que impõem limites entre os espaços públicos e privados.

Por outro lado, até chegarmos a essa tipificação de abandonado, há diversas nuances no trajeto relativo ao tratamento dado a esses animais. Em 1973, a Organização Mundial da Saúde (OMS), sugeriu em seu 6º Informe Técnico a eliminação de cães errantes como controle da raiva, doença com alto grau de letalidade e que representava um dos principais desafios de saúde pública da época: “O cão errante continua como uma ameaça na transmissão da raiva e, portanto, um programa eficientemente conduzido para a eliminação desses animais é necessário” (Organização Mundial da Saúde 1973: 35, tradução nossa)².

Depois de quase duas décadas, em 1992, aquela instituição divulgou o 8º Informe Técnico, em que seus especialistas em raiva concluíram, por meio de dados estatísticos, que a simples eliminação era ineficaz: “A raiva canina é quase inteiramente limitada aos países em desenvolvimento. [...] *Programas de eliminação de cães por eles mesmos não são efetivos no controle da raiva* (Organização Mundial

¹ No Brasil, a quase totalidade das pesquisas nesse campo tem patrocínio de fabricantes de alimentos e medicamentos para animais, o que interfere no direcionamento da investigação. Em outros países existem estudos independentes, mas a diferença entre realidades sociais limita o manuseio dessas informações por quem não tem formação acadêmica nessas áreas específicas.

² Texto original: “The stray dog remains a threat in the transmission of rabies and, therefore, an efficiently conducted programme for the elimination of these animals is necessary”.

da Saúde 1992: 27, tradução e grifos nossos)³. A ênfase sempre esteve sobre os cães porque os gatos, por serem mais reclusos, não são tidos como grandes transmissores, e dependem do contato com cães para serem contaminados (Organização Mundial da Saúde 1992: 60).

Porém, os gatos também já foram vistos como pragas urbanas que precisavam ser eliminadas, como registrado por Dards (1983: 134) na década de 1980 em estaleiros ingleses; em cemitério da capital francesa por Delaporte (2007: 4 e 7) e possivelmente em diversos outros lugares sobre os quais só deve haver registros com órgãos oficiais de controle sanitário. Embora os documentos não mencionem, essa mudança de orientação da OMS pode ter sido provocada também pela ação de ativistas e instituições, tais como Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), a segunda mais antiga entidade de proteção aos animais no Brasil e a principal referência no estado do Rio de Janeiro como abrigo para cães e gatos, que se mantém com contribuições de associados e atividades da sua clínica veterinária.

Quando é mencionado na página oficial da SUIPA que “[...] as portas das carrocinhas [foram] abertas para a fuga em massa de cães capturados pela Prefeitura e que teriam a morte como destino final” (Sociedade União Internacional Protetora dos Animais 2015), não há relatos dos desdobramentos disso, mas é possível imaginar que ocorressem lutas corporais e disputas para ver quem capturaria os animais primeiro, se protetores ou órgãos sanitários. O embate entre militantes e funcionários dos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ) municipais deve ter ocorrido diversas vezes, e não apenas no Brasil.

Este embate parece ter dado início à criação de abrigos particulares para animais errantes, com proposta diferente daquela utilizada por órgãos públicos de controle sanitário. Um dos princípios da sustentabilidade de qualquer espaço para acolhimento de animais é a manutenção da quantidade de atendimentos ou a sua gradual redução, pois, em havendo aumento constante nos atendimentos não há como equiparar despesas com receitas.

Escoar os animais abrigados e já recuperados para que os protetores consigam administrar os abrigos é o grande desafio e, assim, surge o trabalho de promover adoções. O que chamo aqui de abrigo é qualquer concentração de animais em espaço fechado, administrada por órgãos estatais, instituições privadas ou qualquer pessoa com recursos próprios, com o propósito de oferecer melhores condições do que as encontradas nas ruas. Embora, em certos momentos tal denominação apareça com aspecto pejorativo, em discussões entre pessoas que militam pelos animais, proponho-me a utilizá-la aqui sem qualquer conotação política, apenas como simplificação descritiva.

Em movimentos políticos, geralmente, seus idealizadores procuram se diferenciar de outros agrupamentos por meio do discurso em que, primeiramente, constroem uma autodefinição e, em seguida, apontam as razões para se distanciarem de outras correntes que atuem com propostas semelhantes. Uma geração mais recente – não no sentido da faixa etária dos seus componentes, mas do argumento motivacional que distingue momentos relativamente específicos da ação – tem se apresentado como inovadora em relação aos cuidados com animais abrigados.

³ Texto original: “Canine rabies is almost entirely limited to developing countries. [...]. Dog elimination programmes by themselves are not effective in rabies control”.

Atualmente, o desafio não é mais proteger os humanos dos males que os animais errantes possam causar, mas impedir que os humanos lhes causem danos, como argumenta Osório (2013: 68). As experiências acumuladas, principalmente, na segunda metade do século XX e na transição para o século XXI mostraram que são necessárias mudanças na orientação das ações, em consonância com o quadro institucional atual, para haver avanços no sentido qualitativo do atendimento aos animais, outrora errantes e agora abandonados. Remover animais das ruas deixa de ter um caráter emergencial quando não há mais carrocinhas recolhendo-os para eliminação. Não existe mais a concorrência dos órgãos de controle sanitário na disputa pelos animais nas ruas.

Assim, entre os protetores que têm se distanciado de antigos métodos de trabalho, o espaço de acolhimento para os animais precisa ser provisório entre o resgate e o encaminhamento posterior para adoção. O recolhimento desacompanhado da proposta de escoamento posterior se mostrou incontrolável. Abrigos como a SUIPA, com alguns milhares de animais confinados, e outros menores, com algumas centenas ou dezenas, resultam de uma metodologia de trabalho que se mostrou insustentável financeira e socialmente porque assumiram atribuições difíceis de administrar.

Esses abrigos particulares, como os pesquisados por mim até 2012, demandam muitos cuidados e recursos dos seus proprietários e mantenedores, além passarem por sucessivos questionamentos, por estarem localizados em áreas residenciais ou serem as próprias residências daquelas pessoas, devido ao barulho provocado pelos latidos simultâneos de muitos cães (Matos 2012: 41-54; Santos 2014: 130-153).

O tradicional modelo de abrigo para cães e gatos tem sido questionado por militantes quanto à sua eficácia. Atualmente, o recolhimento de animais tem se dado com a expectativa de encaminhá-los. Surgindo assim, os chamados lares temporários que têm a proposta de abrigar provisoriamente os animais antes da adoção. Muitos protetores têm se referido aos abrigos como meros espaços de confinamento e apresentam os lares como locais mais dinâmicos e comprometidos, principalmente, com o bem-estar dos animais.

Em termos gerais, os abrigos seriam os lugares onde os animais ficariam sem haver uma projeção de rotatividade. Embora muitas vezes esse contraste entre as duas diferentes propostas fique mais visível no plano discursivo do que na prática, pois sempre ficam alguns animais que não se adequam aos padrões de beleza que normalmente despertam o interesse do público, independentemente de seus responsáveis chamarem seus espaços de lares ou abrigos. Como ouvi certa vez de uma das integrantes do grupo que conheci em Copacabana, *“O animal resgatado poderá ficar com o grupo enquanto estiver vivo, porque não existe garantia de que todo animal será adotado e se adaptará à adoção. Quando o animal é resgatado, passa a ser nosso”*.

Na prática, lares e abrigos são variações do mesmo tipo de empreendimento. Os lares para serem mantidos como tais dependem de certa rigidez na aplicação dos critérios antes da admissão de um novo animal, além de não estarem, em geral, em áreas periféricas onde há maiores concentrações de animais. Os abrigos, por outro lado, representam o desfecho habitual de qualquer espaço planejado para abrigar cães e gatos resgatados, pois o encaminhamento deles é incerto e irregular.

Essa distinção representa mais uma abstração do que uma realidade que se possa visualizar espontaneamente. Há diversas questões derivadas das diferenças entre classes sociais que ficam ocultas nesta distinção, como uma suposta limitação compreensiva por parte dos responsáveis

por abrigos acerca de um panorama amplo dos cuidados com animais e uma predisposição destes em acumular animais; ao passo que essas pessoas que defendem os lares e condenam os abrigos não costumam levar em consideração a desproporcional relação entre recursos e atendimentos em cada um dos tipos de acomodação.

Afora essa divisão, já existe uma ampla mobilização em prol do aumento das adoções. O escoamento, mais do que uma opção, é uma imposição que surge diante do grande número de animais disponíveis que vão demandando espaço e recursos. Nos chamados lares ou abrigos, a rotatividade é uma necessidade de quem deseja oferecer as melhores condições possíveis aos animais, além de uma simples acomodação com comida e água. Também é preciso considerar as condições legais de cada época em que essas duas formações se constituíram, já que a legislação atual admite diversas formas de tratamento, sem que isso implique riscos iminentes para a vida dos animais urbanos.

A condição de “animal comunitário” é mais uma das tentativas de controle que surgem em consonância com o quadro institucional atual. Tal possibilidade está registrada em lei do município do Rio de Janeiro, que define em seu primeiro artigo que animal comunitário é “aquele que, apesar de não ter proprietário definido e único, estabeleceu com membros da população do local onde vive vínculos de afeto, dependência e manutenção”. Quanto aos cuidados, no artigo quarto fica definido que “[...] serão responsáveis-tratadores [...] aqueles membros da comunidade que com ele tenham estabelecido vínculos de afeto e dependência recíproca e que para tal fim se disponham voluntariamente [...]” (Rio de Janeiro 2008).

Tal situação, contudo, não é de fácil manejo, mas se configura como uma possibilidade diante do problema da superlotação dos abrigos. Se articulada com a perspectiva dos lares, como alternativa ao confinamento promovido pelos abrigos, a condição de “animal comunitário” representaria um estágio intermediário entre o abandono, tal como é caracterizado de forma ampla, e as condições julgadas adequadas pela maior parte dos protetores, que são encontradas no espaço residencial. Cuidar desses animais em locais abertos, como espaços públicos, tem desdobramentos complexos porque esse “animal comunitário” é mais difícil de ser localizado do que os abrigados, principalmente em tratamentos de saúde que exigem constância.

O encaminhamento de cães e gatos por meio da adoção

A transformação do animal abandonado em adotável é um processo composto por várias etapas, como já foi exposto por Pinto (2015) e Osório (2011, 2013). A eliminação de parasitas intestinais, pulgas, carrapatos e doenças de pele, além da vacinação contra as doenças mais comuns que acometem esses animais e a esterilização (castração), são os cuidados essenciais nessa transformação. A sequência em que estes são aplicados variará de um indivíduo para outro, em função das condições em que se encontravam no momento do resgate, da idade estimada e da espécie, devido às diferenças orgânicas entre cães e gatos.

Os chamados protetores, que são mulheres em maior proporção, têm diferentes origens socioeconômicas, atividades profissionais e estão situados em diversas faixas etárias. Em função dessa heterogeneidade, trabalham em diferentes graus de envolvimento ou em complemento. Em determinados momentos, a denominação de protetor tem menos peso político do que as de “ativista” e “militante”, porque, em princípio, estas últimas se referem a certo aprofundamento teórico acerca da situação dos animais em geral.

Porém, tais parâmetros não são regras devido à grande diversidade nessa composição de protetores. O uso de qualquer uma das rotulações depende muito do contexto e das distinções sociais que ficam expostas ou não. Em outras pesquisas, as autoras também demonstraram dificuldade em definir esses protetores (Matos 2012; Osório 2011, 2013; Pinto 2015). A principal característica em comum que possuem é a afinidade com animais e o trabalho que ganha mais destaque, dentre os vários que executam, é essa transformação de animais abandonados em adotáveis.

Alguns animais podem ser levados para adoção diretamente das colônias onde viviam, recebendo rapidamente os cuidados básicos ou os adotantes se comprometendo em seguir as recomendações propostas pelos protetores. Isso aconteceu diversas vezes no Campo de Santana, enquanto realizei pesquisas naquele local entre 2011 e 2012. Porém, a situação mais comum é recolher previamente o animal e depois divulgá-lo, o que permite uma observação do estado de saúde e do seu comportamento em local fechado.

Os chamados lares temporários ou provisórios são situações intermediárias entre o resgate e a adoção propriamente dita. A denominação se refere mais à situação transitória do que propriamente a uma padronização de métodos. Há princípios que são seguidos, como manter um número pequeno de animais, tomar cuidado para que um animal saudável não seja contaminado por outro doente, e deixar o animal com boa aparência para ter maiores chances de ser adotado. Eles podem ser as próprias residências dos protetores, de amigos e de qualquer pessoa que tenha disponibilidade ou, ainda, um espaço construído com tal finalidade.

Há também as hospedagens pagas, o que indica o embrião de um tipo específico de atividade econômica que complementa o trabalho de protetores que não dispõem de tempo para cuidar dos animais resgatados. Conheci um grupo que expunha animais para adoção na Praça Edmundo Bittencourt, em Copacabana, Rio de Janeiro, que utilizava serviços de hospedagens pagas em Niterói.

Para custear todo esse trabalho, os protetores podem realizar rifas, procuram colaboradores pela *internet* e custeiam boa parte das despesas com os próprios recursos. Alguns médicos veterinários praticam preços mais baixos pelos serviços ou cobram apenas o equivalente ao custo do material, em solidariedade aos protetores. Outros protetores e conhecidos doam alimentos, medicamentos e materiais diversos que possam reduzir os custos. Em períodos frios, roupas usadas, lençóis e cobertores também são úteis para acomodar os animais.

A busca por adotantes tem gerado certa padronização de procedimentos, que decorre da constante comunicação entre pessoas que realizam tal trabalho e da divulgação via *internet*. Se feita uma rápida pesquisa em páginas de busca na *internet* com “feira de adoção”⁴, “evento de adoção de animais”, “evento de adoção para cães e gatos”, entre outras combinações possíveis, e selecionar as imagens, é possível encontrar semelhanças: ocorrem em lugares com grande circulação de pessoas como parques, praças públicas e estacionamentos de *shoppings centers*; seus integrantes geralmente usam camisetas padronizadas ou com referência aos animais; gaiolas metálicas para gatos; cercados metálicos ou coleiras para os cães; animais e organizadores abrigados do sol sob tendas ou árvores; jornais ou tapetes higiênicos forrando o local onde os animais ficam para absorver excrementos; faixas e cartazes anunciando o evento ou contendo reflexões sobre os

⁴ A palavra “feira” tem sido desaconselhada por algumas pessoas porque lembraria mercadorias inanimadas. A descrição recomendada é “evento”. Porém, não há consenso quanto a essa padronização.

animais; embalagens utilizadas no transporte dos animais; invólucros de transporte improvisados com caixas de papelão para adotantes de gatos; coleiras e correntes para fornecer a adotantes de cães; entre outros detalhes que podem conter pequenas diferenças entre eventos distintos.

A visibilidade é um critério relevante na definição do local de exposição de animais, mas ela tem seus inconvenientes. Em diversas ocasiões, os eventos de adoção precisam dividir espaço com feiras de alimentos orgânicos, de artesanato, com apresentações artísticas, com manifestações de alguma categoria profissional, ou com o simples movimento de transeuntes. Estive em eventos na Praça Saens Peña, no município do Rio de Janeiro, em que acontecia manifestação de professores da rede pública estadual; em outro, no Campo de São Bento, Niterói, com apresentação de banda de música ao lado dos animais expostos; e em São Gonçalo, na Praça Estephânia de Carvalho, quando grande número de pessoas que trabalhariam em campanha eleitoral se concentrava à espera dos coordenadores. Isso gera uma sonorização peculiar que mistura vozes, latidos de cães e os sons típicos das cidades.

Dias nublados ou chuvosos provocam o cancelamento de eventos programados porque, nessas condições, diminui o fluxo de potenciais adotantes e torna mais trabalhosa a montagem das estruturas, além de ser desconfortável para os animais. Estes eventos são realizados, preferencialmente, em finais de semana e feriados, quando o público tem mais disponibilidade para visualizar e conduzir os animais adotados para casa.

Uma das partes mais trabalhosas é a logística necessária para montar todo o aparato expositivo. Depois de certo tempo observando-os, fiquei com a impressão que também têm um papel performático, pois, além de exigir muito desgaste físico de organizadores, expositores e animais, a produtividade pode ser relativamente baixa em comparação com o número de animais disponíveis e as expectativas que se criam em torno de toda a estrutura mobilizada. Nesse sentido, imagino que eles também fazem parte da elaboração de um discurso que questiona a indiferença dos transeuntes em relação ao problema dos animais abandonados. Há uma narrativa que fica latente naquele aparato.

Existem organizadores, que são responsáveis pela divulgação prévia, pelas solicitações de autorizações aos órgãos municipais e pela estrutura principal; e os expositores, que podem ser os próprios organizadores ou outras pessoas que possuem animais para adoção. Os animais podem ter diversas procedências ou uma específica. Como foi mostrado no documentário “O Abrigo” (Trindade, Pacheco & Almeida 2012), animais resgatados depois de forte tempestade na Região Serrana Fluminense em 2011 foram exibidos com apelo dramático para comover possíveis adotantes. Naquela ocasião, entre os sobreviventes que ficaram desabrigados, muitos eram animais de estimação que foram expostos em diversas ocasiões no município do Rio de Janeiro.

A divulgação dos animais disponíveis também ocorre por outros meios: correio eletrônico; as chamadas redes sociais da *internet*, especialmente o *facebook*; e recentemente tem crescido os anúncios em páginas que foram criadas para comercialização de itens usados, como a “OLX” e “Bom Negócio” - que se fundiram recentemente. Este tipo de divulgação consegue expor um grande número de animais e alcançar um público muito maior. A divulgação com o auxílio da *internet* consegue ser mais criteriosa porque os diálogos entre protetores e adotantes podem ser mais detalhados e complementados pelo telefone, além de permitir que a interação ocorra em função da disponibilidade das pessoas, sem a correria e a agitação dos eventos de adoção.

Outra forma de divulgação ocorre com a afixação de cartazes em estabelecimentos comerciais e exposição dos animais em lojas de produtos para animais, onde eles ficam em gaiolas. Neste tipo, os filhotes têm preferência, principalmente os de gatos, porque não são barulhentos. Cães filhotes e adultos apresentam alguns inconvenientes porque são mais agitados do que os gatos e podem latir por diversas razões.

As principais observações feitas antes da efetivação das adoções costumam ser: verificar se o local para onde o animal irá terá condições de mantê-lo seguro e abrigado, com estruturas que impeçam quedas e fugas por janelas; advertir que não se trata de objetos inertes, logo, eles demandam atenção com a saúde e interação com as pessoas; verificar se esteve no ambiente para onde ele irá algum outro com doença infectocontagiosa, evitando a inserção de um animal saudável em local contaminado; e, quando atendidas as principais exigências, são preenchidas fichas com duas vias contendo informações pessoais do adotante e do protetor que promoveu a adoção, ficando uma via com cada uma das partes. Cada protetor ou grupo tem um modelo próprio de ficha. Números de identidade, CPF, endereço residencial e telefones para contato são as informações mais comuns.

Além disso, sugere-se a melhor opção ao espaço e aos adotantes – cães são mais barulhentos e necessitam de mais espaço do que gatos; cães jovens são mais adequados a casas com crianças, porque são mais agitados, porém inadequados para pessoas idosas, porque podem provocar quedas e outros inconvenientes. Como há uma grande parte da população morando em apartamentos, os gatos têm despontado como os acompanhantes ideais.

A maior parte dos animais já segue com algum tipo de vacina e esterilizada (castrada), mas isso não acontece sempre porque depende dos recursos de quem promove a adoção. O adotante às vezes se compromete com isso, mas a cirurgia só costuma ocorrer depois dos seis meses de idade. Tal procedimento, além de também repercutir no comportamento dos animais no espaço residencial, deixando-os mais calmos, e reduzir as chances de novas proles abandonadas, previne-se que o mercado de animais seja alimentado, pois muitos dos que são retirados do abandono têm traços de raças valorizadas e podem produzir filhotes com tais características, que poderão ser futuramente comercializados.

É comum o retorno de animais por inadaptação ou incompatibilidade com os adotantes. Contudo, este não é visto como um grande problema porque, em geral, é preferível que eles retornem em vez de serem repassados adiante sem qualquer critério. A experiência leva os protetores a evitar doações a pessoas que se encaixem em determinados estereótipos, prevendo que os animais retornarão ou possam fugir.

No trabalho de Matos (2012: 87-93) são expostas algumas dessas situações, em que os protetores realizam a avaliação socioeconômica do candidato a adotantes. A definição dos critérios está diretamente relacionada à ideia de “posse responsável” e expõe algumas questões complexas relativas às condições das moradias. O que se calcula, nessas situações, é possibilidade de um animal retirado das ruas voltar a tal condição se o adotante não seguir certos critérios.

Alguns protetores que promovem adoções reconheceram - quando os indaguei em algumas ocasiões sobre os critérios - que há a imposição de uma visão de classe social sobre outra e dos valores do centro sobre a periferia – o que não resolve todos os problemas porque já ouvi relatos sobre animais que foram solicitados de volta porque os adotantes, com confortáveis condições socioeconômicas, não cumpriram detalhes combinados. Em um desses casos, a adotante,

proprietária de um amplo apartamento no bairro de Icaraí, em Niterói, mantinha o gato adotado em pequena varanda voltada para rua. Neste caso, não houve um critério de classe, mas uma orientação visando apenas não privar o animal de espaço e movimentação, mesmo que em princípio pudesse receber boa alimentação e conforto.

A partir do que registrei nos eventos que frequentei e dos diálogos que consegui realizar, embora em alguns momentos tivesse ficado na maior parte das vezes com a sensação de que ocorre a imposição de uma perspectiva de classe social sobre outra, como sugere Matos (2012), tal configuração não é tão simples de ser deduzida. Há pessoas com poucos recursos financeiros que seguem rigidamente as recomendações dos protetores – pude encontrar algumas dessas em eventos posteriores àqueles em que adotaram um animal para dar retorno aos protetores, como combinado, quanto à convivência e cuidados -, enquanto outras em melhores condições socioeconômicas eram questionadas por não seguirem os protocolos.

Mediadores dinâmicos para interações complexas

Certa vez, conversando com um protetor que conheci cuidando dos gatos do Campo de Santana, ele disse ver na atitude de destacar as características de certos animais uma forma de segregação similar àquela presente nos processos de adoção de crianças humanas. Entre os protetores de forma generalizada, há um discurso que destaca o objetivo de levar auxílio aos mais necessitados e a compaixão pelos animais, quando se fala do trabalho de proteção abstratamente, porém, em se tratando de adoções, as coisas se modificam um pouco.

Obviamente, há um esforço, como destacado por Matos (2012: 76), quando animais com mais chances de adoção ficavam ocultos durante o evento para os demais terem mais oportunidades. Porém, já ouvi de alguns protetores com certa experiência que praticamente há dois segmentos nesse processo de escoamento de animais através da adoção: há uma demanda quase espontânea pelos com raça definida – ou com traços marcantes que lembrem-nas - que independe da disponibilidade numérica de animais como um todo; enquanto entre os “sem raça definida” (SRD) ou vira-latas - além de estarem em maior número - a demanda depende de um trabalho de convencimento que apresenta as vantagens destes em relação aos de raça, por serem mais longevos e menos propensos a problemas de saúde.

Paralelamente ao mercado de animais de companhia, que tem um grande público com expectativas de consumo articuladas com a diferenciação social, tal como argumenta Oliveira (2006), foi criado outro em que os animais são doados. Os mantenedores desse novo mercado procuram diferenciá-lo do primeiro por meio da evocação da solidariedade com seres abandonados, enquanto o outro se estruturaria em torno de relações de posse e propriedade. Nesse processo de construção da diferença, argumentos de aspecto moral podem ser utilizados: “Não se compra um amigo” (Osório 2011: 58), “Não compre seus amigos. Adote[-os]” (Matos 2012: 70) ou “Não alimente o mercado de animais cujas matrizes [normalmente as fêmeas utilizadas na gestação] são tratadas como máquinas de reprodução”.

Contudo, o mercado de animais doados mantém vínculos com aquele onde os animais são comprados. Embora os protetores critiquem o outro mercado, principalmente a sua periferia composta por precários criadouros com animais que se reproduzem continuamente como se estivessem em processos industriais, a operacionalidade do novo mercado depende em certa medida das motivações consumistas originadas no outro.

Em matéria de jornal publicada em 2010, no Campo de São Bento, um parque público do município de Niterói-RJ, menciona-se a comercialização de filhotes de cães paralelamente a um evento de adoção. A distância entre as duas atividades era relativamente pequena, com a venda ocorrendo na parte externa e o evento de adoção na parte interna do parque (Gerbase 2010: 7).

Estas são atividades que muitas vezes disputam o mesmo público, pois alguns frequentadores de eventos de adoção esperam encontrar animais semelhantes aos de raças valorizadas, e talvez não possam adquiri-los em criadouros legalizados que emitem atestado de procedência com *pedigree*. As principais críticas feitas por protetores ao mercado de animais de raça são dirigidas à sua periferia – os precários criadouros – porque o contraste valorativo entre diferentes tipos de ação fica mais evidente.

Este é um discurso imaginado, mas que pode sintetizar muitas coisas que ouvi:

[...] *estamos [os protetores] cuidando do desdobramento do trabalho deles [criadores periféricos], porque muitos desses animais abandonados foram comprados como animais de raça que, depois de crescer, perderam aqueles traços que motivaram a compra.*

Alguns cães de grande porte SRD, quando filhotes, lembram labradores. A densidade e a aparência da pelagem muda durante o crescimento, o que faz supostos filhotes de *chow-chow* ficarem com pelos curtos quando adultos.

Os cães e gatos disponíveis quando são apresentados podem ter algumas características destacadas: composição da pigmentação, combinação de cores, tipo de pelagem e traços de raças valorizadas no mercado de animais de companhia. Gatos que lembram siameses, os sialatas (da mistura entre siamês e vira-lata), mestiços de persa, amarelos tigrados, tricolores (amarelo, preto e branco) e brancos com olhos azuis; entre os cães, aqueles que lembram pastores alemães, labradores, *poodles* (*poodle*-latas), das raças *pinscher* e *chow-chow*, entre outras bem conhecidas, ganham destaque.

Quando não é possível destacar um traço marcante, menciona-se o comportamento: dócil; meigo; cão que convive bem com gatos; cão que gosta de crianças; gato ou cão muito carinhoso; entre outras qualidades. A explicitação da faixa etária também é um fator importante porque os jovens são os mais procurados. Ter os quatro membros, a cauda inteira – se encurtada, que tenha sido por método cirúrgico estético e não por mutilação –, pelos vistosos e as duas orelhas são fatores que também influenciam no convencimento dos adotantes. Estas são formas de explorar as expectativas de um público que não tem afinidade com o trabalho de proteção aos animais. Os mais belos ganham destaque.

Os escolhidos para colocar em lares provisórios são, preferencialmente, os filhotes, em melhores condições de saúde e com detalhes que os tornem mais atrativos. Isso, certamente, gera um grupo de excluídos que ficam em posse dos protetores ou retornam às colônias. Alguns protetores demonstram irritação quando falam sobre o assunto. Uma protetora de São Gonçalo disse que as pessoas, geralmente, tentam associar cada animal a uma raça específica, mas ela as desencoraja, dizendo que são todos SRD.

Assim, nessa composição, os próprios animais fazem a mediação entre interesses que às vezes também podem ser divergentes. Em muitas ocasiões, os adotantes ficam satisfeitos com

qualquer animal, desde que o comportamento esteja adequado às suas expectativas, mas isso não acontece constantemente. Há uma interação bastante complexa que os animais conseguem articular. A aproximação entre protetores e adotantes, provocada pelos animais, pode permitir o convencimento dos últimos de que ajudar um animal abandonado é mais importante do que consumir outro de raça, embora compaixão e consumo consigam conviver harmoniosamente se convergirem para determinado animal.

Como argumenta Latour (2005), a capacidade de agenciamento não é uma prerrogativa humana. A clássica divisão entre um domínio humano e outro não humano, que está na base dos pressupostos da modernidade, teria negligenciado a habilidade de mobilização que, além dos humanos, outros seres e objetos possuem. Os animais se transformam em mediadores quando conseguem conectar pessoas com interesses que podem ser divergentes. Essa conexão pode propiciar a troca de impressões e a desconstrução mútua de estereótipos.

A noção de social elaborada por Latour (2005: 71, grifo do autor, tradução nossa) pressupõe que “[...] *qualquer coisa* que modifica um estado de coisas por fazer diferença é um ator ou - se não tem figuração ainda, um atuante [com capacidade para ser um ator, embora não o seja efetivamente]”⁵. Além de representarem o ponto de convergência de ações humanas, os animais são mobilizadores.

Eles são propagadores de ações e assumem papéis dinâmicos em torno das motivações. Podem articular altruísmo com outros sentimentos considerados menos importantes em determinada escala de valores morais. Diversas pessoas dialogando e se articulando por meio desses dinâmicos mediadores que também trocam impressões, impõem limites de contato, modo de convivência, expressam sentimentos e têm autonomia de movimentos.

Há conexões constantes, tanto física quanto eletronicamente, em que alguém que se identifique com determinado seguimento animalista se sente estimulado a participar de evento liderado por outro segmento, pois é comum se ouvir que “todos estão na mesma causa e as diferenças precisam ser superadas para alcançar os objetivos”, que mesmo atendendo determinado segmento pode servir como referência para outros.

De um modo geral, é preciso seguir as conexões que os animais fazem. É essa dinâmica que precisa ser mapeada e seguida. Elas ocorrem quando, por exemplo, alguém age de acordo com seu interesse por determinado animal, espécie ou grupo classificatório – em prol dos silvestres, melhores condições para os de fazenda, criação de serviços para atender a cães e gatos, entre outros possíveis – e acaba se conectando com outro humano a partir de uma mediação feita por animais.

Se considerarmos apenas um componente dessa conexão, poderemos chamar de arbitrária a proposição feita aqui. Se apenas a afinidade próxima, provocada pela simpatia cognitiva, ou a disposição formal, desencadeada por um interesse político qualquer, forem vistas isoladamente, poderemos acreditar na improbabilidade dessas configurações. Entretanto, se considerarmos ambas as possibilidades juntas, não necessariamente personalizadas ou estáticas, essas articulações são possíveis: o sentimento por determinado cão induzindo ao interesse por diversos outros, por indivíduos de quaisquer outras espécies, ou pelos animais em geral; assim como o posicionamento

⁵ “Texto original: “*any thing* that does modify a state of affairs by making a difference is an actor—or, if it has no figuration yet, an actant”.

político motivado pela condição dos animais silvestres, ou do meio ambiente como um todo, levando alguém a simpatizar com determinado animal individualmente, com o qual se possa interagir. A afinidade sentimental juntamente com o interesse político podem gerar conexões entre pessoas que territorialmente ou pela falta de qualquer outro estímulo, diferentes dos aqui tratados, jamais entrariam em contato.

Com a *internet* e a telefonia móvel, modificam-se consideravelmente as distâncias, alteram-se escalas, constroem-se, desconstroem-se ou reconstroem-se configurações. Juntando-se os meios eletrônicos de conexão com as vias físicas tradicionais, as possibilidades são diversas, a partir do despertar de um interesse ou de um evento motivador. Com isso, a delimitação do problema ou da unidade de análise precisa ser feita com certa cautela para que os interesses do pesquisador ou seu desconhecimento momentâneo da complexidade e das diversas interações em torno delas não se imponham como um valor, em vez de ser um critério metodológico.

No conjunto de mobilizações em prol dos animais não humanos, há uma série de questões que passam por redes híbridas, compostas por interações físicas e eletrônicas entre seres de diversas espécies em grandes arregimentações voltadas para uma solidariedade maior – contra os maus-tratos de uma forma geral, pelo meio ambiente, por serviços de esterilização (castração) para animais domesticados, entre outras – que se mesclam. Em tais condições, o trabalho de pesquisa é bastante complexo porque cada elemento mobilizador se conecta com outros e se mesclam.

A capacidade de agenciamento dos animais, entre outras questões, provoca reflexões sobre a condição em que eles se encontram nessa densa rede multiespecífica e multifuncional. Nas discussões sobre uma nova condição jurídica para os animais, o problema dos cães e gatos encontra-se em posição marginal. Há um crescente movimento de discussões interdisciplinares que tem sido chamado de abolicionismo animal, cujo ponto de convergência é o desejo de intervir cada vez menos na vida dos animais e geral.

As dependências que são produzidas pela domesticação também são questionadas, principalmente aquelas que geram animais de companhia que são tratados como objetos de consumo e vivem nos espaços domésticos. Francione (2008: 13) reconhece que a solução imediata não passa pela soltura em massa dos animais domesticados, pois há um compromisso moral de quem os tem como tutelados. Ele sugere que a prática de tê-los deve ser desestimulada.

Parar de produzir domesticados é um dos objetivos dessa militância animalista. Embora em condições mais favoráveis do que os animais a serem abatidos, os domesticados de companhia também figurariam como propriedades sem autonomia e submetidos a agressões, segundo essa militância, quando são forçados a terem comportamentos sociais adequados ao ponto de vista dos humanos.

No entanto, em relação à dependência, Donaldson & Kymlicka (2011) argumentam que ela não representa um problema moral porque a interdependência é o que sustenta as organizações humanas, com suas instituições. Tampouco o tipo da dependência seria um fator relevante para configurar um problema moral. Há dependências em graus e em diferenças em meio às múltiplas relações. A interdependência é uma regra para todos os seres vivos (Donaldson & Kymlicka 2011).

Todas as atividades dos protetores - resgatar, cuidar, encaminhar para adoção e investir no controle populacional – são reconhecidas como relevantes por Francione (2010: 79-80). Ele admite que os animais domesticados dependam de uma dinâmica peculiar, em que se conciliam o trabalho em benefício deles com práticas que não seriam, em princípio, libertadoras no sentido mais específico do que os militantes propõem.

Essa discussão revela as divergências entre correntes animalistas cujos atores que despontam como lideranças baseiam-se em certa concepção de liberdade difícil de ser sustentada. Donaldson & Kymlicka (2011) argumentam que um dos problemas da elaboração teórica sobre o direito dos animais tem se concentrado no esforço de juntar os desdobramentos de diferentes tipos de relações com os animais para esboçar considerações morais generalizadas acerca do que seria um tratamento adequado relativo aos animais.

Os protetores que efetivamente se engajam no trabalho procuram pontos de mediação entre as ideias de liberdade e as condições práticas para aplicação delas. Os lares temporários ou permanentes – para onde se procura encaminhar os animais em adoção – e os chamados santuários – que em geral atendem a espécies de grande porte – são empreendimentos pensados a partir do reconhecimento de que alguns animais teriam dificuldades se soltos sem critérios em áreas florestais pela suposição de que readquiririam – ou talvez aprendessem, para os nascidos e criados em cativeiro – a sobreviver por meios próprios.

O cativeiro controlado, que fica posicionado entre o confinamento que não atende às necessidades dos animais e a completa soltura, representa uma zona intermediária entre a liberdade idealizada e a possível. O grande problema, do ponto de vista dos protetores, para os animais considerados abandonados é a falta de recursos e condições para eles sobreviverem nas ruas. Nos espaços urbanos não existiria uma ampla liberdade porque há restrição de movimentos, interferência nas condições de saúde e limitação dos recursos utilizáveis como alimento, além da constante exposição a atropelamentos, envenenamentos e agressões a que possam ser submetidos.

Desse modo, não parece haver contradições no recolhimento de animais das ruas como os protetores fazem, com o argumento de tirá-los do abandono, pois mesmo não sendo possível encaminhar todos para adoção, mantê-los abrigados e recebendo cuidados não é simplesmente uma proposta de confinamento, em se considerando as demais opções. Com algumas exceções, em que admitem a permanência de agrupamentos de cães ou gatos em locais abertos, os animais que vivem nas ruas teriam um tempo médio de vida inferior àqueles que vivem no interior das residências, segundo os protetores.

Tal como os santuários, que são cativeiros onde os animais ficam em condições mais confortáveis e com espaço para locomoção e brincadeiras, a retirada dos chamados abandonados para locais com mais recursos do que as ruas é o caminho da liberdade possível para os domesticados que há milênios acompanham os humanos. Ademais, na visão dos ambientalistas, já não há um lugar tido como legítimo para eles, em meio às propostas de equilíbrio ecológico.

Certamente, os cães e gatos, devido ao grande número e à complexidade em que se encontram nessa longa convivência com os humanos, representam grandes desafios para a militância, no que se refere à sugestão de propostas para ajudá-los sem abrir mão de determinados argumentos e da coerência. A situação paradoxal, de depender do argumento da beleza que pode ser consumida para obter melhores condições para os animais, é a via de ação que tem sido mais conciliadora.

Contudo, há muitos animais que sobram nesse processo de retirada do abandono. Há pequena demanda por animais adultos ou idosos, porque estes são tidos como de difícil adaptação; por gatos na cor preta; cães ou gatos amputados; com algumas doenças crônicas, embora controladas; com má formação de membros; com falha na pelagem e outros detalhes. Estes vão ficando com os protetores e dificultado a distinção entre abrigos e lares. A dinâmica dos abrigos, inevitavelmente, se impõe porque há uma parcela que não consegue ser escoada.

Controle populacional por meio da esterilização, também conhecida por castração, é o que permite aos protetores olhar para frente e vislumbrar condições melhores, sem que a política protecionista praticada por eles continue dependente da economia predatória que trabalha com a ideia de beleza já consolidada pelos animais com raça definida ou da criação de um novo conceito que valorize os atributos dos SRD, e se conecte com esse propósito consumista.

Nesse sentido, entre as muitas demandas das pessoas que cuidam de cães e gatos abandonados, investimentos estatais que auxiliem no controle populacional dessas duas espécies estão entre os prioritários para que o exercício dessa militância dependa menos do despertar do consumo e mais de um engajamento gradual de outras pessoas através da mediação dos animais adotados. O convencimento de outras pessoas quanto à relevância de adotar um animal que sob certos parâmetros não seja belo, não seja útil como trabalhador doméstico que afugenta invasores ou insetos, mas que carece de um lar, configura-se diariamente como um desafio para os protetores de cães e gatos.

Referências

- ANDRADE, Andréa M.; QUEIROZ, Luzia H.; NUNES, Gilson R.; PERRI, Sílvia H. V.; NUNES, Cárís M. 2007. “Reposição de cães em área endêmica para leishmaniose visceral”. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 40(5): 594-595. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822007000500021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 set. 2010.
- BEVILAQUA, Ciméa B. 2014. “Direito(s) e agências não-humanas: como julgar os atos de um animal?” In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401817920_ARQUIVO_RBA2014-GT11-C.Bevilaqua.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2015.
- BORGES, Bárbara K. A.; SILVA, José A.; HADDAD, João Paulo A.; MOREIRA, Elvino C.; MAGALHÃES, Danielle F.; RIBEIRO, Letícia M. L.; FIÚZA, Vanessa. O. P. 2009. “Presença de animais associada ao risco de transmissão da leishmaniose visceral em humanos em Belo Horizonte, Minas Gerais”. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, 61(5):1035-1043. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-09352009000500004>.
- CAMPOS, Cláudia B. 2004. *Impacto de cães (Canis familiaris) e gatos (Felis catus) errantes sobre a fauna silvestre em ambiente periurbano*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- DARDS, Jane L. 1983. “The behaviour of dockyard cats: interactions of adult males”. *Applied Animal Ethology*, 10:133-153.
- DELAPORTE, Yves. 2007. “Les chats du Père-Lachaise: contribution à l'éthnozoologie urbaine”. *Terrain*, 10:37-50.
- DOMINGUES, Lídice R.; CESAR, Juraci A.; FASSA, Anaclaudia G.; DOMINGUES, Marlos R. 2015. “Guarda responsável de animais de estimação na área urbana do município de Pelotas, RS, Brasil”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1):185-192. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014201.19632013>.

DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. 2011. *Zoopolis: a political theory of animal rights*. Nova Iorque: Oxford University Press.

FRANCIONE, Gary. 2008. *Animal as persons: essays on the abolition of animal exploitation*. Nova Iorque: Columbia University Press.

_____. 2010. "The abolition of animal exploitation". In: G. Francione & R. Garner (eds.), *The animal rights debate: abolition or regulations*. Nova Iorque: Columbia University Press. pp. 1-102.

GERBASE, Fabíola. "Venda ilegal de cães ao lado de evento oficial: Campo de São Bento tem, no mesmo dia, campanha de adoção de animais e comércio ilícito de filhotes". *O Globo*, Junho 20. pp. 7. Caderno Niterói.

INGOLD, Tim. 1995. Humanidade e animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(10):39-53.

LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.

LIMA, Ana M. A.; ALVES, Leucio C.; FAUSTINO, Maria A. G.; LIRA, Nadja M. S. 2010. "Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE)". *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 15(1):1457-1464. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700057>.

MATOS, Liziane G. 2012. *Quando a "ajuda é animalitária": um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado, PPGAS-UFRGS, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Samantha B. C. 2006. *Sobre homens e animais: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção*. Dissertação de Mestrado, PPGSA-IFCS-UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. 1973. *WHO Expert Committee on Rabbits: sixth report*. Genebra. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_523.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2014.

_____. 1992. *WHO Expert Committee on Rabbits: eighth report*. Genebra. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_824.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2014.

OSÓRIO, Andréa. 2011. "Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua". *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, 3(2):51-75.

_____. 2013. "A cidade e os animais: da modernização à posse responsável". *Teoria & Sociedade*, 21:143-176.

PINTO, Leandra. 2015. "Resgatando afetos: uma etnografia sobre o papel da rede solidária de proteção animal no contexto urbano de Porto Alegre/RS". In: *V Reunião Equatorial de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste: Direitos Diferenciados, Conflitos e Produção de Conhecimentos*, Maceió, AL

RIO DE JANEIRO (Município). 2008. Lei nº 4.956, de 3 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o animal comunitário, estabelece normas para seu atendimento no município do Rio de Janeiro, e dá outras providências. . Diário Oficial, Rio de Janeiro, 23 ju. 2008. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/1a467b8919d6e5dc032576ac00727acf?OpenDocument>>. Acesso em: 5 set. 2013.

SANTOS, Pedro. 2014. *De abandono, proteção e outras formas de relação com animais: motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino*. Tese de Doutorado, PPGA, Universidade Federal Fluminense.

SOCIEDADE UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS – SUIPA. 2015. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.suipa.org.br/index.asp?pg=suipa.asp>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

THOMAS, Keith. 1988 [1983]. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.

TRINDADE, Flávia; PACHECO, André; ALMEIDA, Vilson. 2012. *O abrigo*. Brasil: Sete Vidas Filmes/Ghetto Filmes. DVD. [Exibe o trabalho de resgate e assistência a animais depois de grande tempestade na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011].

Recebido em Agosto 20, 2014
Aceito em Dezembro 13, 2015